



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

SUBCOMISSÃO DE CULTURA  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

**PRESIDENTE: ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 01/12/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Muito boa noite a todos e a todas.

Está presente a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico. Na qualidade de Presidente da Subcomissão para Estudo, Análise e Debate de Projetos de Lei, Programas e Projetos Relacionados à Cultura, declaro abertos os trabalhos da 8ª Audiência Pública presencial nesta Subcomissão, no ano de 2022. Esta audiência tem como objetivo debater o tema “Um diálogo aberto com os movimentos de teatro de grupo, cultura imigrante, artistas de rua, cultura LGBTQIA+, batalhas, slams e sound systems”.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online); pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* e divulgamos no *síte* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 26/11/2022.

Boa noite, gente. Esta é a nossa 8ª audiência, de um ciclo de audiências que começamos a fazer de forma externa. Quando eu falo “externa”, é fora da Câmara Municipal de São Paulo. É um passo bem importante para nós, porque as audiências da Subcomissão de Cultura acontecem durante a semana, no período da manhã, na Câmara, na região central da cidade, e isso dificulta a participação de muitos atores, militantes, trabalhadores da cultura, que são do território, que trabalham durante a semana. Então, era importante que conseguíssemos circular.

Conseguimos circular bastante pela cidade. Tenho a relação dos lugares por onde passamos, que gostaria de ler, para não esquecer de nenhum território. (Pausa) Não achei, mas posso ir lembrando, também. Estivemos na Cidade Tiradentes, em Perus, no Butantã, no Jaçanã, no Campo Limpo, na Penha, em Ermelino e aqui, no Centro. Obrigada, gente, porque eu sou péssima.

A ideia era essa mesmo, conseguir circular em regiões que são importantes para

alguns temas da cultura e que talvez não percebamos, mas alguns territórios têm relações diversas, específicas, com a cultura da cidade. Então, era importante fazer esse debate e foi importante também fazer essa circulação, para sentir como as pessoas sentem, em determinadas regiões, o acesso à cultura e, principalmente, aos equipamentos de cultura.

Nessas audiências, acho que o que fica de marca para nós, que estamos na Câmara Legislativa – e acho que até para o Executivo –, é a importância da relação que os equipamentos de cultura e os projetos, os programas da Secretaria de Cultura, têm no acesso à cultura, na fruição da arte e da cultura na cidade, o quanto as políticas públicas de cultura são bem aplicadas ou a discussão do porquê de elas não serem bem aplicadas: são importantes para que a arte possa acontecer. Em cada um desses territórios, encontramos um território rico de manifestações culturais e, muitas vezes, na maioria absoluta dos territórios, fizemos uma discussão muito difícil, de como essas manifestações culturais têm dificuldade de relação com os equipamentos. Muitas vezes, também, faltam equipamentos públicos de cultura nesses territórios.

Então, é importante que façamos essa discussão. Quero ressaltar também que em praticamente todas as audiências públicas, houve uma participação efetiva da Secretaria Municipal de Cultura. Na maioria das audiências, também conseguimos trazer retornos para esses territórios. Muitas vezes, conseguimos fazer reuniões, inclusive, com a Secretária de Cultura, Aline Torres. Conseguimos retornar com demandas respondidas para esses territórios – e há outras que não, pelas quais vamos continuar fazendo o debate e lutando para que a cidade melhore. Isso é um ponto que não é inédito na cidade. Pelo contrário: é a trajetória dos movimentos de cultura da cidade desde que eles existem, essa articulação permanente, fiscalização e defesa das políticas públicas de cultura no município.

Vale dizer também que passamos por discussões muito importantes neste ano, fundamentais para a cultura. O Sistema Municipal de Cultura foi discutido muitas vezes e eu acho que um dos grandes debates que fizemos e ainda não finalizamos na Subcomissão e nas audiências públicas é o Conselho Municipal de Cultura. Esse é muito importante para cada uma das pautas que fazemos.

Foi muito discutida também a própria estrutura da Secretaria Municipal de Cultura que, muitas vezes, não possui capacidade, porque não há gente suficiente, principalmente para executar os programas da Secretaria Municipal de Cultura. A Secretaria de Cultura é uma das secretarias que mais perde profissionais e a gente está falando de profissionais que deveriam ser qualificados. Então, é muito importante ressaltar isso. A Secretaria Municipal de Cultura vem sendo desmontada há muitos anos. Ela vem perdendo funcionários importantes, qualificados e esses funcionários não são repostos.

A gente também já discutiu na Câmara um modelo que faça com que os trabalhadores da própria Secretaria Municipal de Cultura tenham muita dificuldade. Na verdade, a gente discute uma precarização muito forte dos trabalhadores e do funcionalismo da cultura dentro da Secretaria Municipal de Cultura, outro ponto muito relevante. Inclusive, acho que nas audiências públicas do orçamento isso foi muito discutido; inclusive, o fato de a Secretaria estar nessa situação inviabiliza que os programas da Secretaria Municipal de Cultura sejam executados.

A discussão do orçamento é tão fundamental que cria a Subcomissão de Cultura na Comissão de Finanças, mas a gente percebe que a Secretaria, por mais que a gente faça um trabalho para aumentar o orçamento, não possui capacidade de execução. Esse talvez tenha sido um dos temas mais importantes que a gente discutiu, acompanhado dos temas que de tão importantes são históricos como: o aumento do orçamento para pelo menos 3%, uma demanda histórica do movimento; a discussão de que esse orçamento precisa ser descentralizado, portanto, as ações precisam acontecer na região central, mas também precisam acontecer nas regiões periféricas, onde as pessoas também produzem arte e cultura; e a ideia de que a cultura precisa ser discutida de forma deliberativa com os movimentos e com as pessoas que a fazem na cidade. Acho que são temas fundamentais, importantes, que a gente discutiu em praticamente todas as audiências públicas e que a gente pretende continuar discutindo na Câmara Municipal de São Paulo.

E como eu já falei bastante, nós começaremos a formar as Mesas, para a que

possamos passar à discussão. É muito importante que hoje a gente faça um debate sobre manifestações culturais – que são sobre corpos e corpos fazendo arte na cidade – sobre territórios importantes e discussões que, muitas vezes, fogem da discussão da cultura, mas que são centrais no debate da cultura.

Nós faremos uma dinâmica de formar duas Mesas iniciais, onde as pessoas... E aí, isso também é uma característica da Subcomissão: a gente sempre convida pessoas que estão fazendo a discussão, que estão vivenciando os temas que a gente discute, para nos apresentar os temas e faremos isso através de duas Mesas. As pessoas que não estão nas Mesas e quiserem se inscrever para falar, podem se inscrever na Secretaria da Comissão.

A gente ouve essas primeiras manifestações e depois, a gente monta uma Mesa com os representantes da Secretaria Municipal de Cultura, para que eles ouçam também as reivindicações das pessoas que estão assistindo e possam, da melhor forma, responder essas reivindicações que foram colocadas, tanto pelos convidados como pelas pessoas que estão assistindo.

Eu vou convidar umas pessoas que são muito importantes, que a gente agradece muito pela participação, para formar essa primeira Mesa, e então, nós já abrimos os nossos trabalhos oficialmente. Eu queria convidar, do Movimento do Teatro de Grupo, o Zé Renato. Bem-vindo, Zé, do grupo Satélite; a Rita Teles; o escritor e produtor cultural, Tiely; e o escritor, poeta e bailarino, Ermi Panzo. (Palmas).

Então, obrigada a todas, a todos e todes que estão na Mesa conosco. Eu vou começar passando a palavra para o Zé. São cinco minutinhos para apresentar o tema e nós vamos discutindo.

**O SR. ZÉ RENATO** – Boa noite a todos. Obrigado, Elaine. Obrigado, Quilombo.

Quero agradecer muito ao espaço do Folias, que é um espaço de resistência, de participação nossa nesta cidade há muitos anos. Quero agradecer ao Quilombo, pelo grande esforço e trabalho de descentralização dessas reuniões, o que é fundamental. Quero agradecer a presença de todos vocês e, aí, em nome de todos que estão presentes, agradecer à Câmara

e à Prefeitura de São Paulo, se é que é possível fazer isso.

Estamos aqui, hoje, de novo, sempre. Este é um lugar que representa o coletivo. Se há um lugar que representa ação de coletivo, que é o grande tema de vários coletivos, que é o grande tema desta Mesa de hoje, este é um dos lugares. O Folias é um lugar que resistência, de coletivo, de grupo, de gente que trabalha junto, que trabalha de maneira consensual, que trabalha discutindo, que trabalha de uma maneira cooperativa, colaborativa, de crescimento comum, crescimento coletivo em busca de consensos que possam dar solidez para a nossa ação e para a nossa atividade.

Estou falando isso, porque isso é exatamente o contrário de tudo que a gente tem enfrentado nas gestões que vieram desde 2017, quando se instaura na cidade de São Paulo, algo muito grave, que é o Governo Doria, que é a Secretaria dada para o André Sturm, que configura, aí, um exercício neoliberal, “Bozo-fascista”, na cidade de São Paulo, que vai combater exatamente a ação de coletivo. Vai, cada vez mais, fazer um movimento político no sentido de privilegiar um pequeno grupo, a reunião de pequena comissão, a conversa de indivíduo, os “meus amigos”, *etc., etc., etc.*, e isso vem em uma grande escala e em uma escala contínua. E passa secretário, entra secretário, sai secretário, entra secretário, sai secretário e a coisa continua desse jeito.

A gente tem um problema muito sério na cidade de São Paulo hoje, na opinião do que eu estou trazendo, que é: temos um conjunto de trabalhadores da cultura, de maneira geral, nas diversas áreas, com muita propriedade para debater a cultura na cidade e as demandas de territórios, de identidades, de periferias, de modos de produção, de formas de se fazer.

A gente conquistou, com o nosso trabalho e com o nosso diálogo, uma base parlamentar de diálogo muito importante quando a gente, em crise, em 2017, estabelece esta Subcomissão de Cultura na Comissão de Orçamento da Câmara e consegue continuamente renová-la enquanto movimento de “somos a cultura”, que é uma pauta regular da Câmara de 15 em 15 dias. Isto é muito significativo. Podemos não ter até grandes históricos de conquistas a pontuar ou não, ou ter algumas sem maior ou menor escala, mas nós estamos ocupando aquele

espaço e nós existimos naquilo.

O que acontece desde 2017 é que a gente possui uma prática de Executivo que absolutamente ignora: “não estou nem aí”. Liga um “dane-se” para tudo e qualquer tipo de movimento coletivo que aconteça na cidade. E não está nem aí mesmo. Então, é urgente que a gente consiga coletivamente, e este é mais um espaço. A gente precisa encontrar formas de incidência sobre o Executivo da cidade de São Paulo.

Como nós vamos conseguir incidir, de alguma maneira, para produzir efeitos juntos ao Executivo que, inclusive, tem cooptado as nossas pautas, bota uma figura ali dentro, pega uma coisa e faz em um território para dizer que está fazendo. Então, não é uma negação das nossas pautas única e simplesmente – é uma execução das pautas sem nenhum tipo de diálogo. É uma execução das pautas a partir da cabeça de quem, naquele momento, está ocupando o cargo.

A gente tem, hoje – e a gente tem a presença de gente da Secretaria – uma Secretaria absolutamente depauperada, que, no ano que vem, vai passar por uma crise absurda. Está dado. No ano que vem, a gente tem uma Secretaria que – a depender, se a gente realmente conseguir, do Governo Federal, que ele execute as coisas que estão previstas –, a gente tem para 2023 a programação regular de execução da Secretaria Municipal de Cultura, mais Lei Paulo Gustavo, mais Lei Aldir Blanc, mais Conferência de Cultura, porque vai ser uma demanda obrigatória que municípios façam, para ir para o Estado e para ir para o Federal, para o final do ano. Não há a menor condição de a Secretaria, como ela está hoje, executar essas coisas. Não há. Não há. Então, a gente precisa coletivamente, efetivamente, conseguir uma forma de incidir nessa visão neoliberal que a Prefeitura está investindo desde 2017. A gente precisa pensar e criar formas de mudar isso.

Dá-me desespero – não sei se vocês viram –, mas recentemente foi aprovado, em primeira instância, o projeto Jovem Capitalista, no município de São Paulo. O programa Jovem Capitalista é um programa para o ensino do capitalismo e do empreendedorismo nas escolas municipais. Eu fico só pensando o que seria dos arautos da escola sem partido se fosse a gente

propondo o programa Jovem Socialista para pensar formas coletivas de vivência e convivência entre os pares.

É isso, amigos. Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Zé. Eu só quero dizer que eu votei contra ao Jovem Capitalismo.

Tem a palavra o Ermi.

**O SR. ERMI PANZO** – Obrigado. É uma honra poder estar presente.

Acredito eu que já estava na hora, muito embora que isso já tenha acontecido nos movimentos alternativos e em alguns parceiros afrodescendentes e africanos, mas uma chamada, uma audiência e um propósito como esse acho que, talvez, seja a primeira vez para mim. E entender que nós, africanos, imigrantes, refugiados presentes no Brasil, discutir a cultura sobre isso é primeiro desmistificar e entender que a questão é muito paralela – e não paralela que caminham juntos, que é o assunto refugiados, imigrantes e cultura.

Tanto é assim, que dizem: “Não, mas ele é um artista. É um refugiado”. “Vamos ver o show aí, de um cara. Ele é africano, refugiado, um artista bom para caramba”. Ou é “artista” simplesmente e “africano” ou é “artista refugiado africano”.

E entender, também, que tanto a Secretaria como alguns outros órgãos que hoje, diz o Zé Renato, em uma escusa dos nossos pedidos, das nossas propostas, dos nossos projetos, das nossas comunidades africanas, que a gente manda – tanto os editais como nos outros encontros que temos tido com a Secretaria e outros órgãos e plataformas culturais – não há uma negação nisso, mas é como nos tratam. Então, é diferente hoje. Por exemplo, uma grande parceira minha, a Rita Teles, Alex, pessoas que estão muito ligadas e preocupadas com as comunidades da cultura africana, como nos acessamos... Mas eu digo, lá em cima, quando vê e diz: “Marquei uma audiência com Ermi Panzo” ou “marquei uma audiência com alguém”, quando você chega lá, primeiro, a forma de falar contigo é como se fosse um mongólico.

É aquela forma de buscar uma palavra que você entenda. Mas você está com um propósito e a pessoa entende o teu propósito como: “Ah, está. É mais um imigrante. Você sabia

que criamos um negócio para ajudar vocês? Ah, vocês, que são artistas e tal, vocês vão ter oportunidade de vender o trabalho de vocês e fazer o nome de vocês”, mas a ideia não é essa. As pessoas têm de entender que nos últimos dois, cinco, sete ou dez anos, a grande identidade que se criou neste Brasil com o povo afrodescendente é com esse “promissor grupo de imigrantes”.

O advento das migrações atuais, diferente das anteriores que vieram para estudar, para se formar e também fugir da guerra civil, era uma outra realidade. Mas a preocupação com a cultura, com o caminho da volta para casa, os resgates de valores socioculturais se dão nesse novo ciclo de migrações, principalmente de pessoas da minha faixa, mais contemporâneos. E se a gente não olhar para isso, eu acho que é uma autêntica ignorância e grave.

Então, está na hora de começarmos a ignorar esses quesitos, porque quem está lá em cima e é branco, quem está na Secretaria e pensa que está dando a oportunidade para um refugiado, logo essa oportunidade diminui-se completamente, porque, para nós, o refugiado imigrante é a mesma sistemática entre branco/preto, alto/baixo, pobre/rico. Porque, vejamos – e eu falei agora na entrevista –, os italianos que vieram para cá fugindo da Segunda Guerra Mundial, fugiram da guerra, só que, passado o tempo, hoje o cara fala: “Ah, os meus avós são imigrantes” ou “Eu sou imigrante”, e quando veem um africano, as pessoas deduzem na hora: “Esse cara fugiu da guerra. Logo, é um refugiado”. Poxa, os italianos fugiram da Segunda Guerra Mundial e hoje, eles denominam-se como “imigrantes”. Poxa, então, esse refugiado, esse “refúgio”... são palavras que, de uma certa forma, a neurolinguística também nos autodetém e o tempo todo a gente fala: “Ah, eu sou refugiado”. Não. Estamos a discutir arte e cultura.

Vamos, simplesmente, identificar os pontos superimportantes, que fazem com que essa sociedade comece a determinar a buscar o caminho de volta para casa, a resgatar os valores de ancestralidade africana e não só. E é por aí onde eu vou começar a demonstrar – talvez neste debate – as nossas preocupações como imigrantes, como seres, como ocupantes deste território. Eu, inclusive, criei um projeto que gosto e quero continuar a chamar assim: “Outros Brasileiros”, como a gente traz e discute as nossas ancestralidades, arte e cultura

africana.

Vamos nos esquecer dessa coisa de que é imigrante, refugiado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada.

Vou passar a palavra para o Tiely.

**O SR. TIELY SANTOS** – Boa noite a todos, a todas e a todes. Primeiro, quero agradecer o convite.

Quando a gente pensa nessa questão da cultura, principalmente nessa questão dos territórios onde nós estamos inseridos, a gente percorre a cidade inteira, a gente anda a cidade toda, a gente circunda a cidade. Somos seres periféricos e, ao mesmo tempo, centrais. A gente anda para lá e para cá. E essas percepções, principalmente nessa caminhada, nessas vivências e nessas “escrivivências” também, são de pertencimento e de invisibilidade muitas vezes – eu acho que na maioria das vezes. Digo isso, porque eu, como uma pessoa trans e representando essa cota – e não falando muito de cota nesse sentido, porque a gente tem essa questão de uma grande maioria dessa população também, desse pertencimento, porque todas as minorias, na realidade, são majorias –, a gente não se percebe nos espaços.

Quando eu digo “espaço”, a gente não se percebe na leitura dos espaços, a gente não vê o nome nos espaços. É o teatro tal, é o espaço cultural tal, e a gente não se percebe lá. A gente está totalmente invisibilizado nesse sentido. Então, essas políticas públicas, principalmente com relação à Subcomissão da Cultura, que tem essa proposta de ver essas demandas para a questão das novas possibilidades, da inserção dos recursos para a nossa população e para a melhor aplicabilidade desses recursos, mesmo porque vem aí questão de conferência, de... agora são 3%.

É histórico? É histórico. Para mim, seria histórico 50%, mas 3% já está naquele limite, porque sei que é muito volume de recurso. Isso é extremamente importante para nós sermos, também, visibilizados nesses 3%, pois estamos como coadjuvante, participante e plateia. Nós somos artistas. Nós gostamos de estar no palco, gostamos de holofotes, gostamos de nos apresentar e mostrar nossa cultura, só que não temos – como vou dizer – espaço nesse

segmento, nessa questão do volume desses 3%. Onde estamos aí? Estamos na gestão? Estamos no nome do teatro? Estamos no espaço cultural? Nós não nos enxergamos lá.

Então, assim, de 30 anos, de 40 anos para cá, como nos enxergávamos? À noite, como criaturas “nuptivas” e “guetizadas”. Temos de “desguetizar” nossa situação, nossos corpos, as nossas corpas. Somos artistas, somos pessoas das artes e de várias linguagens, por isso precisamos estar em todos os palcos e necessitamos de mais espaços com os nossos nomes. E ainda nessa gestão, gerindo esses espaços também.

Precisamos de espaços novos, porque não há. O único que conheço, no Centro expandido e no Centro nobre, é o Centro Cultural da Diversidade, quando falamos da questão da Prefeitura. Se formos falar do Estado, há outros espaços, como a República, mas é minimamente os espaços para um volume de corpos e corpas, grupos esses que movimentam, em um único mês do ano, milhões de pessoas; nós trazemos muito volume para essa cidade. Então, precisamos mesmo ser mais visibilizados, infelizmente batendo na mesma tecla, há mais de 20 anos. Na verdade, há mais de quase 30 anos fazendo isso, mas, infelizmente, é assim.

Relembrando, precisamos de políticas públicas independentes, concursos públicos, editais, também colocar nomes em ruas, fazer estátuas, fazer espaços culturais com os nossos nomes, com nomes de pessoas que abriram trincheiras e fizeram história.

Nesse sentido, e aproveitando esses recursos que virão para o próximo orçamento, espaços com nossos nomes, também gerir espaços, colocar a cara no sol mesmo, digamos assim. Porque, afinal, precisamos de sol, nesse sentido. Precisamos de volume, de pessoas e nós temos realmente profissionais no mercado para sermos representados, representadas e “representadas”.

Nas periferias, já estamos em vários espaços na periferia, mas são espaços do Estado. Por exemplo, estamos em Fábrica de Cultura, nos CEUs – são mais de 40 CEUs pela cidade –, mas estamos invisibilizados nesses espaços. Precisamos de, por exemplo, “Centro Cultural nome tal”, “o novo Centro Cultural vai no nome de quem?”, vai o nome de uma pessoa LGBT que morou naquele espaço, representou ali e daí a necessidade de profissionais serem

contratados, profissionais LGBTs para representar e poderem ser representados, para que a população possa perceber que existem pessoas LGBTQIA+ que fazem cultura na cidade de São Paulo. Não é só na Paulista, em Dia da Parada LGBT. Não existimos somente nesse momento. Não existimos só nesse dia da caminhada, não existimos só nesses dias. Concluí, Jennifer.

É isso aí, eu falo demais, mas eu falo. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Tiely. Para encerrar essa primeira Mesa, a Rita.

**A SRA. RITA TELES** – Boa noite, gente. Muito bom estar com vocês.

Vereadora, obrigada pelo convite e pela confiança de sempre. Jennifer, obrigada pela parceria de sempre. É muito bom estar presente nessa noite, com tantas pessoas queridas, pessoas com quem fizemos amizade, nos aproximamos à distância na pandemia, mas a luta continua. Já acabou esse processo, não sabemos se vai voltar, é possível que volte.

Quero dar uma saudação especial para todos que estão presentes, que participam das audiências na Câmara, que participou da jornada das audiências nos territórios, aliás, quero louvar essa iniciativa, porque pegando o espectro do que é a política pública na cidade de São Paulo, talvez esse horário você já estaria assistindo a novela, não é, Vereadora? Você e seus assessores. (Risos). Então, é algo louvável, realmente. É muito bom sempre ter a Elaine nesse lugar, representando as nossas narrativas.

E há quanto tempo estamos defendendo o óbvio? Mas é necessário falar, falar e falar. Muda o Prefeito, muda a Secretaria, e nós voltamos à narrativa do começo. Então, há uma exaustão, há um cansaço participativo, mas está todo mundo aqui. Primeiro de dezembro, à noite, e a gente falando de assuntos que falamos há tanto tempo.

Vou falar, para não fugir dessa narrativa, da importância do orçamento, do aumento do orçamento. Por quê? Na pandemia, tivemos condições de verificar que o dinheiro do orçamento não é suficiente para todos os fazedores de cultura.

O que o Ermi traz, e eu trabalho já desde 2017, tenho a honra de beber nessa fonte, de voltar um pouquinho para a África através desse meu companheiro, desse meu parceiro de

trabalho, é que eles realmente estão aqui, é fato. Alguns vieram para ficar e eles são fazedores de cultura, mas o dinheiro não dá para todo mundo. Então o dinheiro, o recurso, precisa aumentar, para que mais pessoas tenham acesso a fazer cultura, a trabalhar com dignidade.

Nesse meandro, eu, uma artista preta, no mês de novembro, estou cansada. Hoje é primeiro de dezembro, meu novembro negro vai acabar em 18 de dezembro. Meu ano de 2022 vai terminar em fevereiro de 2023, que é quando as pessoas que prestaram serviço à Prefeitura vão receber para poder pagar as pessoas. Tem sido, então, 40, 60 e até 90 dias.

Vou aproveitar para resgatar o que já falou o Zé Renato, o que já disse a Elaine, o que vem sendo batido na mesma tecla: a Secretaria de Cultura é a que mais perde RH e isso não está sendo olhado; ou está sendo olhado e ignorado.

Sabemos que – e nós já aprendemos – para a contabilidade, não dá para contratar o produtor para fazer o *kit* pagamento. Quem tem de entrar no sistema da Prefeitura e executar, pagar as pessoas, tem de ser um funcionário. Portanto, precisa de mais funcionários. Só bater mais uma vez nessa tecla.

E ainda falando dessa precarização: quem rodou, em novembro, as Casas de Cultura, é lamentável. Vamos fazer cultura preta onde tem quatro refletores de *led*. E, graças a Deus, temos os parceiros de trabalho, há o Dedê que pega todos os equipamentos do Quilombaque e leva para iluminar um elenco preto em cena. Porque, sabem, quatro refletores de *led* não iluminam um elenco preto. Nós vamos ficar no escuro.

Portanto, a precarização das Casas de Cultura é lamentável. Temos de levar nossos equipamentos, temos de pedir emprestado, porque nós sabemos que, muitas vezes, quem já teve fomento, conseguiu comprar os seus equipamentos; quem não há fomento e nunca foi fomentado, tem de contar com a boa sorte ou pedir emprestado.

Então, estou falando mais uma vez, porque já temos aquela suspeita, aquela conversa que está adormecida, da privatização das casas, mas temos de deixar essa lâmpada acesa.

Ainda falando de novembro, quero falar dessa sobrecarga e de um acúmulo, a

sensação que temos ao chegar no dia primeiro de novembro é de que continuamos escravizados. Que há uma falsa boa intenção de colocar programação preta, mas ela acontece só em novembro.

Assim, vou deixar uma provocação, sobretudo para o Vinícius, que está representando, hoje, a Secretaria de Cultura. É uma provocação que já fiz, com a Elaine Gomes de Lima, que foi a Curadora da Segunda Expo, que é importante pensar um farol antirracista de janeiro a janeiro. Distribuam as atividades ao longo do ano, porque nós estamos exaustos.

São 20 apresentações por mês, o mês inteiro, manhã e tarde. Nós estamos dando conta, tirando força de não sabemos onde, com o Covid-19 no meio. Eu mesma tive Covid-19. Na semana passada, a essa hora, eu estava positivada no Covid-19. E o que tivemos de refazer? Remarcar tudo para dezembro. É exaustivo demais. Então, há essa necessidade de pensar a Consciência Negra de janeiro a janeiro.

Devo dizer que isso faz parte até de uma execução melhor de orçamento. Chega em novembro, “ah, ainda há saldo para executar, então vamos contratar todos os coletivos pretos da cidade para fazer o Novembro Negro”. É disso que se trata. Depois, então, demonstra o número: fizemos tantas apresentações. Fica muito bonito de mostrar o PowerPoint. (Pausa) OKay, concluir. Mas daí estamos cansados.

Não menos importante e podemos ajudar a pensar nisso, Vinícius, com o Conselho de Cultura Deliberativo. Podemos fazer um colegiado de todas essas pautas que a gente já vem trazendo e propõem isso. Votamos e tenho certeza que todo mundo vai ser um pouco mais feliz. Inclusive para as próximas Secretarias que vierem.

E igualmente importante, preciso falar ainda, mesmo que já recebi o concluir, é que eu, como representante do Sindicato dos Artistas e Técnicos, todos vislumbram, a partir de 2023, um cenário um pouco menos complicado do que aquele que vínhamos vivenciando. Sabemos que o Sindicato é totalmente demonizado, mas eu queria reforçar a ideia, não a ideia, mas a prática de que a instituição sindical pertence aos trabalhadores.

Fui eleita por alguns de vocês como Vice-Presidenta de uma chapa, mas não dou

conta, na verdade. Não posso ter a ousadia de achar que o que eu acho melhor para vocês é, de fato, o melhor. Para isso, precisamos fazer assembleias constantes. Com isso, nós podemos dizer tudo o que está acontecendo no Sindicato; como as coisas vêm acontecendo; como as coisas precisam ser; e como a classe trabalhadora vai defender a atualização da Lei 6533, que é a lei que nos protege – que protege o trabalhador da cultura – a partir desse governo.

Pessoal, a lei é de 1978. Há uma série de profissões que não está no anexo da lei. E precisamos reformular isso. Temos certeza de que um Deputado Federal vai acolher a pauta da atualização dessa lei, mas, para isso, é imprescindível que os trabalhadores estejam dentro do Sindicato. Então, é um apelo. É um apelo porque a estrutura é velha, é antiga, é brancocêntrica, é machista e ser uma mulher preta, como Vice-Presidenta, tem sido muito difícil, existem violências de muitas ordens. Por isso, estou convocando vocês a fortalecerem a instituição sindical que é de vocês.

Meu telefone, meu contato, está à disposição. Quem não é sindicalizado, quem não é sindicalizada, peço que se aproximem e tomem posse do que é de vocês, para podermos reivindicar o que é nosso por direito, por lei.

Desculpem eu me estender, mas eu precisava mesmo concluir dessa forma. Agradeço mais uma vez. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Rita. Obrigada a todos que participaram dessa primeira Mesa. Nós vamos desmontá-la, para poder montar a segunda Mesa.

Vou até quebrar um pouquinho o protocolo dessa vez, porque o Vinicius já tinha falado para nós que ele não poderia ficar na audiência, porque ele tem uma questão familiar.

Então, eu vou pedir para o Vinicius vir, nesse momento, se quiser, porque teve alguns pontos direcionados a você, pode responder nesse primeiro momento. Temos também outros representantes que estão presentes, já marcaram a presença, e daí os chamamos, depois, na segunda Mesa, para responderem enquanto Secretaria.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Vinicius, então, se puder vir.

Ele veio em várias audiências e, inclusive, em algumas delas, ele ficou também até às 23h. Hoje, ele tem mesmo essa questão familiar, mas, por isso estou quebrando um pouco o protocolo para conseguirmos ouvi-lo. Se não, não faz sentido ele vir e a gente não puder ouvi-lo.

Vinicius, por favor.

**O SR. VINICIUS NASCIMENTO** – Estão me ouvindo? (Pausa). Obrigado, Elaine. Obrigado mesmo.

Desculpe, inicialmente, não poder ficar até o final da audiência, porque, realmente, tenho algo familiar e preciso sair mais cedo.

Um pouco do que foi dito: primeiro, reforço a importância do ano que vem ser um ano bem importante para a Secretaria de Cultura e para a cultura na cidade de São Paulo. Para além do orçamento que vai ser aprovado, virá um recurso substancial referente à Lei Aldir Blanc, à Paulo Gustavo. E esse recurso precisa ser bem organizado e bem planejado no sentido de ser com vocês.

Acho que o Poder Público tem um papel, obviamente, de executor, mas, de certa maneira, tendo em vista a quantidade de trabalho que temos, a quantidade de demanda que temos, é importante que vocês nos provoquem. É uma função, enfim, faz parte da nossa democracia, a sociedade civil provocar o Poder Público. Então, será sempre bem-vinda, pelo menos, no meu ponto de vista.

O que foi falado, além de reforçar isso, dessas leis que virão com recursos para serem utilizados para programação, fomento, pesquisa, enfim, outras áreas da cultura, que tenham objetivo para além de ajudar o trabalhador da cultura, mas igualmente ajudar a fomentar e a programar, bem como institucionalizar algumas políticas públicas culturais necessárias e relevantes da cidade, acho que também eu tenho me colocado à disposição, não sei se todo mundo me conhece, mas me coloco super à disposição na construção de políticas públicas e na melhoria da área que estou.

Então, voltando um pouquinho o passo antes de falar, eu sou o Vinicius, estou como Coordenador de Fomentos e Cidadania Cultural da Secretaria de Cultura. A área de fomentos é uma área que abrange três supervisões: a Supervisão de Fomento às Artes, que cuida dos editais de fomento, de linguagens teatrais, dança, circo, e outras linguagens individuais; a Área da Cidadania Cultural, que cuida do VAI e do fomento à cultura da periferia; a de Formação Cultural, que cuida do PIÁ, do vocacional, jovens monitores, EMIA e todas essas outras políticas.

Então, de certa maneira, estou à disposição para ouvir vocês, para pensar junto, seja pelos editais que vamos lançar no começo do ano que vem – esse ano, não vamos lançar mais nenhum edital –, seja para falar de quaisquer das áreas, mas temos um cronograma, ou tentamos, minimamente, executar um cronograma onde consigamos executar, logo no começo, a maioria dos editais. Por isso sempre fico à disposição para quem quiser falar comigo, seja como coletivo, como grupo, como movimentação ou como sindicato, quem quiser dar sugestões de melhoria nos editais, de melhoria nos programas, sempre será bem-vinda. Assim, discutimos de maneira democrática, transparente, até para vocês entenderem as nossas dificuldades, não só como servidor que somos, mas com as próprias leis e regras da burocracia, pois elas existem, para o bem ou para o mal. Também atender o que podemos conseguir construir junto disso.

Acho que 2023, além dessas leis que eu falei, há outras conquistas que podemos ter, no sentido de melhorias estruturais da política pública. Enfim, fico à disposição mesmo.

Entendo que o que foi colocado é isso. No geral, o que a Rita colocou também vale destacar, acho muito importante que os sindicatos se fortaleçam nesse processo. Estamos mesmo em um processo que, a partir do fim da pandemia – espero eu – que esses movimentos se fortaleçam para contribuir com a Secretaria nesses lugares.

É um pouco isso. Ainda dá tempo, se alguém quiser fazer alguma pergunta. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Aproveitemos, então, se alguém que não estiver nas Mesas quiser fazer alguma pergunta diretamente para o Vinicius, enquanto ele está aqui, talvez possamos fazer essa movimentação antes dele sair. Há alguém que quer fazer alguma pergunta direta a ele? (Pausa). Não? Que sorte (Risos).

Vou agradecer ao Vinicius mais uma vez. Com certeza, nós te chamaremos outras vezes para conversar e nós, então, prosseguimos com nosso debate hoje.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Se você puder vir para cá. Como nós estamos filmando e há intérprete, precisa ser ao microfone. (Pausa). Aproveitando que você está presente, agradeço se apresentar.

**A SRA. FERNANDA AZEVEDO** – Eu sou Fernanda Azevedo, faço parte do Movimento de Teatro de Grupo da cidade de São Paulo.

A minha pergunta é supersimples e rápida sobre a questão das contratações mesmo. Existe alguma previsão de concurso, de contratação? Existe alguma perspectiva disso na Secretaria? Até porque isso pode virar e pode ser uma demanda, inclusive dos movimentos. A gente sabe o que está acontecendo lá, da diferença de uma política que vem de cima. A diferença é que os funcionários que estão fazendo funcionar essa política e que não são os responsáveis diretos dessa forma de funcionamento.

Então, existe alguma perspectiva nesse sentido?

**O SR. VINICIUS NASCIMENTO** – Primeiro, existe a ciência, seja da Secretária ou de qualquer Secretário que esteja na Secretaria e dos funcionários, em geral, de que há uma deficiência muito grande de funcionários públicos, tanto que a gente faz contratações de produtores, enfim, para tentar aumentar esse guarda-chuva.

Acho que não é uma resposta simples. Eu, como coordenador, não poderia te dar uma resposta objetiva, sim ou não. O que eu posso te dizer é que, hoje, dia 1 de dezembro, não há previsão nenhuma de melhorias nesse sentido. Talvez, em 2023, tendo em vista o tamanho da demanda que a Secretaria vai ter, não há como fugir. Do jeito que está sendo executado hoje, tudo está sobrecarregado. Então, talvez, em 2023, não haja outra saída senão fazer concurso público ou contratar mais gente.

Apesar de ser comissionado, eu sou um militante e acredito muito no funcionalismo público. Eu acho que a Secretaria, em sua maioria, tem que ter servidores públicos de carreira,

para que fique um histórico, que se aproxime da política pública e tudo mais. Então, não vejo outro caminho senão fazer isso, só se inventarem e a gente não saber.

Mas eu acho que o que vocês fazem e o que foi feito também na Comissão de Finanças é exatamente a demanda: trazer para a realidade o que é necessário fazer. Também sei que não é uma questão só da Secretaria de Cultura, que muitas Secretarias estão em situações iguais ou até piores, então eu vejo um cenário muito maior, mais amplo da Prefeitura de São Paulo, de uma demanda que é muito mais para um Prefeito do que apenas para um Secretário.

A cidade, daqui a alguns anos, e falo de curto prazo, terá pouquíssimos servidores na Prefeitura para a estrutura do município de São Paulo. Não é apenas olhando para a cultura: é um cenário complexo. Acho que, de fato, há necessidade de fazer uma movimentação com o Prefeito, com os Secretários, para ter essa discussão, mas não consigo responder objetivamente no momento.

**O SR. PEDRO OLIVEIRA** – Boa noite, sou do Coletivo de Audiovisual Cine Campinho.

Aproveitando a presença do Vinicius, vou fazer duas perguntas bem rápidas. A primeira é que há um segmento, que não é um edital, mas que você tem tocado muito, sempre muito parceiro, que é do bloco de ocupações. Eu participei de uma primeira audiência e não foi falado nada do bloco de ocupação para 2023. Então, não sei se você tem alguma informação relacionada a isso, se há alguma discussão feita na Secretaria referente ao bloco de ocupações, que é tão importante.

E a segunda pergunta é referente ao fomento à periferia que a gente tem percebido que, de uns anos para cá, o fomento à periferia tem ficado muito burocrático, bem difícil para os coletivos acessarem. E a gente fala dos coletivos que não estão organizados de forma jurídica.

A gente teve, inclusive, nessas últimas edições, grupos indígenas acessando e tem sido muito burocrático, exigindo desde uma conta bancária até documentações que impõe a diversos coletivos que não têm estrutura de MEI, CNPJ ou até mesmo não têm contas bancárias.

Não sei se foi pensada alguma avaliação em relação a isso, essa parte tão burocrática, e não que a burocracia não faça parte, mas acho que não precisa ser tão burocrático, de modo que impeça os coletivos de atuarem de maneira mais democrática. Então, é isso. Talvez pensar em uma avaliação, não sei se vocês já têm uma avaliação para o fomento à periferia, e se há alguma coisa sobre o bloco de profissões para 2023.

Muito obrigado.

**O SR. VINICIUS NASCIMENTO** – Com relação ao fomento à periferia, ano que vem nós vamos fazer uma avaliação. Isso já é um compromisso, só que antes disso, a gente já combinou com a Elaine de fazer uma audiência pública especificamente sobre o fomento à periferia.

Existe uma demanda relacionada tanto à burocracia, quanto ao próprio programa em si. Ele foi pensado de uma forma, mas será que a gente está executando dessa forma? Então, nós vamos fazer uma audiência pública chamada pela Câmara, para dar mais legitimidade. A partir dessa audiência pública – também a gente pensa em um seminário ou um evento em que faça essa avaliação.

E a ideia é essa: que a gente explique a burocracia que existe hoje e o que a gente consegue melhorar a partir dessas devolutivas. Até já adianto que a gente, na área da Coordenação, luta para ter menos burocracia; mas, cada vez mais, é mais enrijecido por órgãos de controle que vêm, não só a cultura, mas controlar os recursos públicos em si são cada vez mais enrijecidos.

Eu sempre falo do exemplo da Secretaria da Fazenda, que está tendo cada vez mais controle sobre o orçamento. Cada vez mais, eles pedem mais informações quando nós vamos realizar pagamentos para as pessoas ou PJ. Então, acho que também tornar isso público, explicar isso, é fundamental.

Com relação às ocupações, este ano não houve nenhum edital, nada. Houve reunião com a própria Secretária. Então acho que é melhor a Elaine comentar sobre isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – A gente fez uma reunião

com a Secretaria Municipal de Cultura, com a Secretária Aline Torres, e na reunião ela não demonstrou nenhuma simpatia ao edital de ocupações culturais, segundo ela, por conta de uma dificuldade jurídica de fazer com que o edital acontecesse, embora o edital já existisse, já tinha sido executado, o orçamento tinha sido atrasado e que o dinheiro estava livre para ser utilizado. Mesmo assim, ela usou o argumento de que era muito difícil fazer esse edital.

E para a nossa surpresa, infelizmente, no orçamento desse ano, ela não mandou o recurso, porque o orçamento vem do Executivo, então eles eliminaram o recurso do edital de ocupações culturais do orçamento da cidade.

A gente fez um esforço com o relator do orçamento, Vereador Sidney Cruz, de garantir que ele inserisse novamente essa dotação das ocupações culturais. Inclusive, se eu não me engano, ele vai colocar duas dotações diferentes, que também era uma demanda do movimento de ocupação: uma delas era o edital para a manutenção dos equipamentos, que também não tinha sido executada; e a sinalização dele é que isso vai acontecer, a partir da Câmara Municipal.

Uma das coisas que a gente conversou com a Secretária Aline era se iria incluir, mas ela disse que mesmo se incluísse, ela teria dificuldade de executar.

Então, a gente percebe que há uma indisposição da Secretária Aline Torres, em especial, com os editais de ocupações culturais. Portanto, essa será uma luta da Câmara Municipal com os movimentos para que ele seja executado, pressionado a Secretária Aline Torres e a Prefeitura, porque não é possível que a Câmara Municipal aprove um projeto, sancionado pelo Prefeito, para um edital que já acontece e a Secretária decida que não quer executar.

Não foi uma questão de falta de verba, de dinheiro congelado, que a gente já viu em outros momentos a Prefeitura passar por isso, mas foi uma questão de total falta de desejo político da Secretária de executar o edital.

Quando a gente chamou essa reunião, a gente conversou, inclusive, sobre isso com o bloco de ocupação, que a nossa preocupação era de que a Aline indicasse o mesmo que ela

indica para as casas de cultura, que ela não gosta de chamar assim, mas que é a privatização das casas de cultura. E obviamente essa conversa apareceu com outros nomes: “uma gestão compartilhada”. Enfim, dá o nome que quiser, mas, na verdade, é entregar a ideia de uma administração das organizações culturais para organizações, como a gente já conhece na cultura, gerirem esses espaços.

Então, eu acho importante dizer das lutas em relação às ocupações culturais: a primeira é conseguir reinserir e executar o orçamento, que já tinha sido conquistado pelos movimentos, e a outra é proteger as ocupações culturais de uma investida de organizações sociais, ou da iniciativa privada, para fazer essa gestão, porque até descaracteriza o que é uma ocupação cultural no município de São Paulo.

Quanto a isso, também é um ponto de altíssima preocupação desta Subcomissão e é importante que a gente se organize para a luta no ano que vem, que será árdua, em relação a esse ponto especificamente.

Assim como o Conselho, o fato de ser ou não deliberativo, e no caso das ocupações culturais, é uma opção, uma vontade política já determinada pela Secretária de Cultura de não realizar dessa forma. Por isso, deverá ter uma luta mesmo política dos coletivos, movimentos organizados e sindicatos da Cultura para que isso aconteça.

Eu vou liberar, então, o Vinicius, assim a gente forma a nossa segunda Mesa e continua o nosso debate. Obrigada, Vinicius.

Convido para compor a nossa segunda Mesa os Srs.: Amanda Nascimento e a Ciléia Biaggioli, que são do Movimento de Teatro de Rua; Bia Rangel, Centro de Referência da Dança; Micaela Yañez, da Ocupação Ouvidor; Ingrid Martins, Batalha da Dominação; e Peterson, Coletivo de Sound System. (Palmas)

Tem a palavra a Sra. Ciléia Biaggioli.

**A SRA. CILÉIA BIAGGIOLI** – Boa noite.

Em 2000, um grupo de artistas se reuniu numa ação chamada Se Essa Rua Fosse Minha.

A gente pensa na luta que a arte trava com as demais, mas existe arte que luta dentro da própria arte. Então, a gente começou a discutir a respeito do porquê que o teatro de rua não era contratado, por que não existia festival de teatro de rua, por que o teatro infantil ganhava menos, por que o teatro de rua ganhava menos. Existe uma hierarquização das coisas dentro da própria arte.

Em 2006, a gente criou o Movimento de Teatro de Rua da cidade de São Paulo. O teatro de rua é a arte mais democrática, porque você assiste pelo tempo que você quiser, paga se quiser, aplaude se quiser, e nessa inserção e ocupação do espaço público. Então, dentro do Movimento de Teatro de Rua, a gente também deu início a Rede Brasileira de Teatro de Rua para discutir a arte de rua no Brasil como um todo e, para fomentar e para se encontrar, a gente criou a Overdose de Teatro de Rua, que aconteceu na *overdose* mesmo: era o dia inteiro de apresentação para a gente também se ver, para a gente também se conhecer, para a gente trocar, para estar junto e poder fazer essa celebração da arte popular.

A gente fala de equipamento, mas Parelheiros, por exemplo, ganhou uma Casa de Cultura há dois anos. Existe lugar onde não há equipamento, mas há arte, assim como esses artistas que, como as gramas que estão nascendo nas calçadas, sobrevivendo nesse lugar completamente hostil. Então, a gente também criou uma mostra em homenagem a um grande artista, que foi fundador do grupo Temas Urbanos, que acontece na Rua Lino Rojas, e a Amanda vai falar um pouco sobre essa mostra.

**A SRA. AMANDA NASCIMENTO** – A Mostra de Teatro de Rua da Rua Lino Rojas sempre foi um grande evento na cidade de São Paulo.

A gente ocupava as praças com muita beleza, com muitas flores, e houve um momento em que conseguimos até uma verba do orçamento, tinha uma reserva do orçamento público no tempo em que a Secretaria entendia e compreendia a necessidade de ter uma intervenção de rua tão genial e tão potente como foi a Mostra Lino.

Conforme foi passando o tempo, nossa verba foi retirada – o apoio a artistas de rua, não há – e para fazer essa mostra agora, a gente tem que entrar em contato com a Secretaria

e, depois de muita negociação, tentar pelo menos uma parceria com as Casas de Cultura. A Mostra virou outra coisa, acabou indo para as Casas de Cultura, acabou entrando para a Secretaria, não sendo uma ocupação de rua.

Também tantas perdas tivemos. Como se falou, as praças estão sendo privatizadas. Eu acho isso um absurdo. Ter que pedir autorização para fazer arte de rua, uma arte pública milenar, é um absurdo. E como a Secretaria não compreende a importância da arte de rua para a formação de público?

Nós vemos Casas de Cultura, equipamentos públicos, sem público nenhum. E ninguém compreende a importância do teatro de rua para fazer relação com a comunidade, para a comunidade ver que existe arte naquele espaço. Quando o teatro vai para a praça e se apresenta, existe um equipamento de cultura ali, existe um espaço de cultura naquele bairro, naquele local, mas a Secretaria não compreende a importância do teatro de rua para isso.

Então, é importante que a Secretaria volte a olhar para o teatro de rua como essa potência que nós somos.

E nem foi no início do MTR que a gente estava buscando uma forma de a gente ser reconhecido no teatro, ser elitização e agora a gente está buscando novamente esse reconhecimento de falar: “nós existimos”. Quem ocupa a arte de rua, o artista de rua foi um dos mais atingidos. A gente não conseguia trabalhar e agora, nesse retorno, a gente não sabe nem como retornar.

E se não for esse olhar da Secretaria de Cultura, de valorizar novamente a Mostra Lino, de valorizar os artistas de rua e entender que essa arte precisa existir justamente para entender essa relação da população, essa apropriação da população com esse equipamento público. Isso é fundamental para a gente fazer com que esta cidade floresça novamente, esta cidade tenha cor, que a arte ocupe as ruas novamente e lutar para que os espaços não sejam mais privatizados, as praças não sejam mais privatizadas, assim como os espaços de cultura, porque é um absurdo que a nossa arte, que é nossa, é popular, de rua, é criada pelo povo. Como é que a gente tem que pedir autorização para uma praça, para executar e fazer uma arte pública

na rua? Ter que pedir para o privado, para uma empresa privada? Isso é um absurdo.

Eu agradeço muito, Elaine, que você tenha dado esse espaço para nós, para a gente gritar essa ânsia que está aqui há muito tempo, pedindo para sermos vistos novamente.

É isso. Muito obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada. Vou passar a palavra agora para a Micaela.

**A SRA. MICAELA YAÑEZ** – Boa noite. Eu agradeço o convite.

Eu estou como representante da Ocupação de Moradia e Centro Cultural Ouvidor 63, que é uma ocupação horizontal, portanto, poderia ser eu como qualquer outra pessoa. É um Centro Cultural também, então para quem não conhece – acredito que a maioria das pessoas não conheça – a ocupação fica num prédio localizado no bairro da Sé, na Rua do Ouvidor, 63. Lá acontece muitos eventos culturais e de arte, então sintam-se bem-vindas e bem-vindos para conhecer e colar lá. Todos os eventos são “ao chapéu”.

Vou contar um pouco sobre a ocupação e as características que as pessoas, que lá habitam, têm. Essa é a maior ocupação artística da América Latina. Ela tem três andares. É uma ocupação que tem oito anos. A gente já conseguiu ganhar alguns editais, também fomos reconhecidos, em 2018, como ponto de cultura e a ocupação tem uma característica muito importante, que é uma grande diversidade cultural.

E essa grande diversidade cultural é gerada pelo fato de que temos moradia, portanto, há artistas, na maioria de toda a América Latina, residindo lá. A gente tem uma população fixa, mas também um bem itinerante. E a maioria dessa população é de artistas de rua, pessoas que vendem suas artes na rua, mas também há uma grande porcentagem de pessoas que trabalham no farol fazendo malabarismo – e aí, há toda aquela marginalização, certo? Você está trabalhando lá e mandam você trabalhar. Você é mulher e falam: “você é tão bonitinha, está trabalhando aqui por quê?”. E tantas outras coisas.

Então, às vezes, fica difícil acreditar que um monte de artistas de rua, na maioria, pessoas que trabalham no farol, conseguem arcar com as demandas de um prédio e um Centro

Cultural de três andares, mas a gente consegue. A gente tira do próprio bolso para fazer isso acontecer. E há uma coisa que eu acredito ser muito importante: a arte que a gente faz é a arte que, de fato, representa o povo. É a cultura que o próprio povo faz. E as pessoas vão lá: primeiro que são eventos que qualquer um pode colar, porque são eventos praticamente gratuitos e também as pessoas podem ir para apresentar suas propostas, para dar uma oficina, para apresentar no teatro. Então, são espaços bem acessíveis.

A gente tem feito um teatro, que é lindo e maravilhoso, que acontece a cada 15 dias: evento de circo, variedades. Também há um estúdio de gravação e a gente faz eventos de música, *shows*, *saraus*, exposições e diversas coisas.

Eu queria falar – acredito que seja muito importante quando se fala de democratização da cultura: não é que a gente quer conseguir entrar no Theatro Municipal. A gente é fazedora de cultura e precisa de verba para melhorar tanto a nossa estrutura quanto a qualidade das nossas oficinas, dos eventos. Então, a gente é fazedora de arte e quer tirar essa imagem de marginalização, os marginais.

Por isso também estou convidando vocês a conhecer o espaço, levar suas propostas – os que têm – e é isso, gente.

Obrigada pelo lugar de fala. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada.

Vou chamar o Peterson.

**O SR. PETERSON** – Ouvidor 63, resistência, parabéns. É um lugar maravilhoso.

Boa noite a todos, todas e todes. Chamo-me Peterson. Sou integrante do Coletivo de Sound System. Em resumo, é um Coletivo de pessoas que montam umas caixas na rua e soltam o som para a comunidade. Em resumo. Ela veio da Jamaica, essa cultura maravilhosa e é por nossos ancestrais que a gente vem mostrando para a comunidade.

Por ser uma cultura preta e, volto ao mesmo discurso, ela é marginalizada, ela não tem nenhuma significativa para a Prefeitura. É só algumas pessoas que colocam umas caixas na rua e se divertem. A gente vê muito obstáculo para conseguir tanto se profissionalizar quanto,

pelo menos, conseguir fazer com o custo dos nossos recursos. Mesmo indo à Prefeitura, pedindo autorizações, às vezes, você tem que ficar explicando o porquê de você estar ali fazendo alguma coisa, para a polícia, para algumas autoridades. E é muito difícil, e isso é o mínimo, sem contar de editais que a gente é barrado por ser um Coletivo de Reggae ou de alguma descendência preta. Tanto que alguns coletivos têm que trabalhar de outras formas, falar que faz vídeos, alguma coisa, que não trabalha com música, nem com Sound System, senão é barrado.

Eu peço para olharem para esse lado dessa discriminação, não apenas o *sound system* como as batalhas de rima, como o *hip hop* ou o *funk* e toda a cultura de rua que é o maior presente que temos sobre cultura, certo? Porque cultura se faz na rua. Ela se faz na rua, ela se faz em nosso espaço, ela se faz para os nossos vizinhos, para o cara que abre o bar e vê o som na rua, para as crianças que passam, veem atuações e acham isso maravilhoso, e vai mudar a vida delas, como já mudou a minha várias vezes.

E é isso. Não tenho muito para falar.

Obrigado pela oportunidade. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Peterson.  
Agora, Bia.

**A SRA. BIA RANGEL** – Boa noite.

Cumprimento todos os presentes. Parabenizo a Vereadora Elaine Mineiro, o mandato do Quilombo Periférico, todos os funcionários da Câmara que estão presentes hoje, da Comissão de Finanças e Orçamento, e com essa transmissão ao vivo, porque realmente é muito bom para a gente ter essa estrutura vindo para os territórios e agora para o Centro.

Eu estou hoje nesta Mesa como representante da população no Conselho do Centro de Referência da Dança, que foi eleito no mês de agosto deste ano, e eu também faço parte do Movimento Articula CRD, que é a articulação pelo Centro de Referência da Dança.

Também temos presente hoje, nesta audiência, outra Conselheira, representante da sociedade civil, que é a Cecília, do projeto Mani Carimbó, e também é do Fórum de Danças da zona Sul & Sudoeste, parceiro na realização das eleições dos conselheiros, que aconteceu

recentemente lá nesse equipamento cultural.

O objetivo desta fala hoje é dar destaque para um tema, que é recorrente entre nós, fazedores de cultura, que é a participação popular na gestão dos espaços culturais municipais. O CRD é um deles. E é algo que, como muitos de nós sabemos, está previsto como uma das metas do Plano Municipal de Cultura, a meta três, que é a implantação de canais de participação social na gestão dos equipamentos culturais e que foi bastante discutido, retomado, demandado durante a Primeira Conferência Livre Popular de Cultura da cidade de São Paulo, que foi feita pelos movimentos culturais em 2021. Vários de vocês estiveram presentes.

Muito brevemente para apresentar, o CRD é um espaço mantido pela Prefeitura de São Paulo, está dentro da Coordenadoria de Centros Culturais e Teatros. É uma política pública de cultura, que existe há mais de oito anos e nós da sociedade civil e comunidade CRD lutamos para que sua estrutura e seu funcionamento sejam formalizados. Já que a Ciléia contou como foi a criação do movimento de artistas de rua, em 2019, fizemos um grupo de trabalho de voluntários, representantes de vários coletivos que ocupam o CRD, fizemos um estudo fino, profundo, sobre as leis e decretos que regulamentam as Casas de Cultura e Centros Culturais e a EMIA, inclusive os Conselhos que existem nesses equipamentos. Nos Centros Culturais – não são todos, mas já existiram – por exemplo no CCJ, já teve em funcionamento.

E fomos discutir com a população. Organizamos reuniões públicas, fizemos um primeiro documento, apresentamos isso, fizemos várias versões até chegar em um modelo de conselho que fosse próprio para esse equipamento cultural. Foi apresentado para a Secretaria Municipal de Cultura nessas reuniões públicas e foi aprovado no final de 2019, com o documento de formalização da estrutura e funcionamento do Centro de Referência da Dança.

E esse documento foi adiante por insistência nossa de que a Secretaria pudesse fazer um decreto próprio do Centro de Referência da Dança para formalizar. Mas até hoje isso não aconteceu e agora está nas mãos da Secretária do Gabinete para deliberação. Já passou pela Assessoria Jurídica e nós estamos tentando, para que isso não seja fogo de palha – vira a gestão, as gestões passam, fica pessoalizado ou dependendo da boa vontade de um ou outro

gestor –, mas que seja sim algo que a gente possa assegurar como política pública e depois, quem sabe, ir para um projeto de lei de regulamentação do CRD.

Só para dizer que o CRD tem um histórico de participação de coletivos e da comunidade que frequenta. Sempre foi muito forte e um dos motivos é a existência de chamamentos públicos para ocupação das salas e, ao longo do tempo, foi criando vínculos de pertencimento com aquele espaço.

Em 2019, houve uma mudança na forma de gestão do CRD, que passou para a administração da Secretaria – como eu falei – dos Centros Culturais e Teatros. E em agosto deste ano, conseguimos fazer a eleição para definir os conselheiros do Centro de Referência da Dança, as inscrições ficaram abertas durante um bom tempo e foi amplamente divulgada nos canais oficiais do CRD.

E eu estou aqui para dizer que é difícil, é um trabalho de formiguinha. É um trabalho de insistência contínua para que as coisas não se percam nas mudanças de gestão, principalmente.

É um trabalho de ativismo e de militância para que essas iniciativas de participação na gestão de um equipamento cultural como esse existam e seja para além de uma gestão.

Muito obrigada. E eu queria dizer que é muito importante que a gente consiga comunicar isso e ter esse espaço. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Bia. E vamos encerrar com a Ingrid.

**A SRA. INGRID MARTINS** – Oi, gente. Boa noite. Sou a Ingrid, sou do Coletivo Batalha da Dominação. Hoje, estou eu e a Pri, que também faz parte.

Contando um pouco da história da Dominação, acredito que já contribua com o debate que está tendo hoje. Vou ser breve e resumir o que é a Batalha Dominação.

É uma batalha de *freestyle* voltada para mulheres transmasculinas, pessoas não-binárias, que acontece desde 2016 na saída do metrô São Bento. É uma batalha que tem grande importância para que mulheres e pessoas não-binárias e pessoas trans tenham suas vozes

ouvidas, em específico no movimento *hip hop*, que há pouquíssimo tempo, essas pessoas não eram ouvidas e eram chacoteadas em batalhas de *freestyle*. Eram motivo de piadas, das piores coisas.

Então, desde o surgimento da Batalha da Dominação em 2016, a gente já passou por diversos conflitos, diversas tretas com batalhas masculinas. Eles julgam o nosso Coletivo como segregante, excludente, quando na verdade, a gente só existe porque é totalmente o contrário. Essa exclusão parte unicamente desses coletivos que há pouquíssimo tempo, não tinha nem um olhar, nem cuidado com esses corpos.

E a Batalha Dominação acontece de forma única e exclusiva, porque a gente corre e trampa muito, porque a gente dá o sangue para ela existir. Já existiu diversos momentos em que pensamos em desistir, porque tanto eu, quanto a Pri, quanto a Nyarai, que também faz parte do Coletivo, somos pessoas periféricas, somos pessoas que temos que “trampar” de outras coisas para conseguir sobreviver e a batalha não consegue pagar a gente para estar ali, tá ligado? O que é preocupante, porque se a batalha acabar, automaticamente acaba diversas expansões de vozes importantes, que precisam ser ouvidas.

Por conta da batalha, diversas MCs e artistas, pessoas periféricas alcançaram lugares que talvez elas não teriam alcançado se não conhecessem a Batalha da Dominação. Eu digo isso com total confirmação de que é isso mesmo, porque diversas pessoas, após passarem na Batalha da Dominação se entendeu como uma pessoa importante, uma pessoa digna de ser ouvida.

Então, a Batalha da Dominação tem essa importância na sociedade. Por mais que a sociedade não saiba. E a Batalha da Dominação existe desde 2016, como eu disse, e ela conseguiu só uma vez um edital, que foi o VAI, em 2020. E ela só conseguiu quando uma parceira nossa, acadêmica, se disponibilizou para escrever esse edital. Isso é muito significativo, porque a gente tentou por diversos anos mandar edital para o VAI, ProAC, “enes” e “enes”; até edital que dava mil reais a gente tentou, mesmo sabendo que esse dinheiro não pagaria nada, mas a gente tentou. E só conseguimos quando uma pessoa acadêmica, de faculdade, escreveu para a

gente.

Então, eu deixo a pontuação do quanto isso é preocupante, porque se nós com a importância que temos só conseguimos com uma pessoa acadêmica, imagina as outras pessoas que não têm essas pessoas acadêmicas para trocar, dialogar ou conseguir parcerias.

Então, é esse o saldo que eu dou. Espero que vocês conheçam ou procurem conhecer a Batalha da Dominação. É na segunda-feira, agora, e já deixo o convite. É a nossa última batalha do ano e vai ser um evento legal, maneiro, bacana. Então, fica o convite. É na saída do Metrô São Bento, a partir das 18h, em frente à banca de jornal que existe lá, na praça.

Ah, e um detalhe: a Batalha Dominação atua onde é considerado o berço do *hip hop*, São Bento. Mesmo atuando com o *hip hop* no berço do *hip hop*, não temos nenhum apoio do Metrô São Bento e eles fazem questão de deixar uma placa dizendo o quanto é gratificante fazer parte da história do *hip hop*, mas nem em dia de chuva eles disponibilizavam uma cobertura para nós, quando pedíamos.

Enfim, há muitas coisas para serem debatidas e esse é o salve. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Gente, muito obrigada. Vamos desmontar esta Mesa, agora, para convidar alguns representantes do Executivo, que estão conosco, e ouvir também as pessoas que se inscreveram na audiência. Obrigada, gente, de verdade.

O Sr. Vinicius já falou. Sempre, nas audiências, convidamos as Secretarias que achamos que são importantes para o diálogo. Então, convidamos a Secretária Aline Torres, que enviou o Sr. Vinicius, que já conversou conosco. Ela também tinha indicado o Coordenador de Fomento à Cidadania Cultural, Sr. Marcello Gugu, mas acho que não veio. Não chegou. O Sr. Vander Lins, Coordenador de Programação Cultural, também não apareceu.

A Sra. Soninha Francine, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, mandou um representante, que é o Sr. Bryan Zelmar Sempertegui, Coordenador de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente. Seja bem-vindo. O Sr. Cássio Rodrigo de Oliveira Silva é Coordenador de Políticas para LGBTQI. Não sei se a Sra. Xênia Star está aí.

(Pausa). Ah, estava aqui, representando. É Assessora de Coordenação de Políticas LGBTI. O Sr. Marcelo Vieira Salles, Subprefeito da Sé, indicou um representante, mas que não se apresentou. Não sei se está presente. (Pausa). É o Sr. José Eduardo Bixiga, Coordenador de Governo local. O Sr. Hudson Rodrigues é Coordenador de Cultura. Também não se apresentou para nós. Acho que não está. (Pausa). O Sr. Danilo Antão Fernandes é Subprefeito da Mooca. Há os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral. Podem aplaudir, gente. (Palmas)

Então, é o momento em que fazemos uma rodada ouvindo as pessoas que estão na audiência e encerramos o debate. Temos dois inscritos. Aí, eu vou chamar o Sr. Rodrigo Andrade e já peço para se preparar o Sr. Osvaldo Pinheiro.

**O SR. RODRIGO ANDRADE** – Boa noite a todas as pessoas.

Na verdade, eu quero aproveitar a audiência para lhe fazer uma pergunta, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico. Inclusive, é do PL 783, de 2021, do qual a senhora é coautora. Sabemos a realidade da Secretaria. Ouvimos, do Danilo Nunes, que não há como aumentarmos o orçamento para 3%, porque a Secretaria não consegue executar a contratação desse valor, desse montante, ao mesmo tempo em que vemos que não há a mínima vontade de se aumentarem dignamente os programas de fomento que existem. A própria Secretaria fez um aporte de um milhão e meio no Prêmio Zé Renato e agora propõe o aumento de um milhão e cem, mas, se ela entendeu que merecia um aporte de um milhão e meio em 2022, por que é que para 2023 coloca um milhão e cem, somente?

Por outro lado, eu estou como participante do Movimento de Teatro para as Infâncias e Juventudes. Nós nos encontramos há mais de quatro anos e por meio dele realizamos diversos seminários e escrevemos a Lei de Fomento do Teatro para as Infâncias e Juventudes, porque conhecemos a realidade desse segmento, que recebe cachês menores. No Estado, chega-se a receber 50% a menos nos editais, como se pagássemos 50% a menos de transporte, de alimentação e etc.

Essa lei está parada desde maio na CCJ, com o Vereador Sansão Pereira. Desde

maio, ele ignora os nossos contatos. Tentamos marcar uma conversa com ele, mandamos e-mail, ligamos e ninguém responde. Ninguém nos dá uma satisfação.

Então, o que eu queria lhe perguntar, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico – e, como coautora, também pedir ajuda – é: como nós, do movimento, podemos pressionar esse Vereador? Parece que, sem querer, por maldade, ele não toca nessa lei. Parece que não há interesse em atender as demandas da infância e da juventude. O que é que podemos fazer, ou para que ele decline, ou para que essa lei comece a tramitar na Casa? É urgente e, como sabemos, há muitos grupos que estão desistindo de fazer teatro pela precarização da Secretaria, porque o teatro para a infância e a juventude, na Lei de Fomento ao Teatro, por exemplo, não chega a 15% dos contemplados nos 18 anos da lei.

Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RODRIGO ANDRADE** – É 783, de 2021, o Fomento ao Teatro para as Infâncias e Juventudes.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Sr. Osvaldo Pinheiro?

**O SR. OSVALDO PINHEIRO** – Primeiramente, boa noite a todas, a todos e a todes.

É uma honra muito grande estar presente, neste momento, especialmente ao lado de uma camarada chamada Elaine Mineiro, que é uma camarada de luta. É uma camarada que está, hoje, levando à frente uma pauta muito importante para a cidade, para o Estado e para o país. É muito bacana perceber que ela só possui esse formato exatamente por conta de uma lógica cultural, porque ela é uma mulher de luta. Portanto, ela faz com que essa discussão não fique restrita somente a uma determinada área. Ela desloca essa discussão para todos os lugares da cidade, porque isso, sim, pode ser considerado como um espaço democrático, para que tenhamos o máximo de vozes. Estava ali, refletindo sobre a mandata. Não é um mandato. É uma mandata. É coletivo. É quilombo. É periferia, que está organizando, que está retomando esses espaços que sempre construíram absolutamente tudo, para pautar aquilo que ficou conhecido como cultura – e que diz respeito a tudo. Quando falamos de cultura, estamos falando

de todas as áreas do conhecimento.

Eu me lembro de que uma vez, eu fiz um curso com um africano, chamado Sotigui Kouyaté. Era um griô. Ele faleceu. Dizia que “cultura é aquilo que se cultua”. Então, nós estamos falando de muitas subdivisões dentro da nossa área, mas nós estamos falando da vida pública social. Eu faço parte, também, do MTR, da Rede Brasileira de Teatro de Rua. Há muitos anos, estamos discutindo a importância da arte pública. O Amir Haddad, do Rio de Janeiro, traz muito para nós esse lugar, de não nos fecharmos somente nos espaços. Isso é muito importante, como as meninas do MTR falaram muito bem, mas é muito importante que reconheçamos que todos os espaços são lugares de fruição da arte e nós temos de olhar com muito cuidado para esse lugar, que sempre é negado.

Então, solicito, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que a Mostra Lino Rojas seja parte da rubrica própria do orçamento do município, para que não tenhamos, todos os anos, de bater, de gabinete em gabinete, solicitando que essa verba venha, e que a Secretaria Municipal de Cultura chame os movimentos para que possamos implementar esses trabalhos, porque garantimos a rubrica, mas a Secretaria muitas vezes faz do jeito dela, sendo que o movimento, que está organizado, já tem uma proposição de ocupação de toda a cidade com um mecanismo que é público.

Eu tinha feito várias anotações e sempre quando venho a essas audiências – e já estou há mais de 20 anos nesses lugares –, venho pensando que viemos discutir a precariedade do nosso trabalho. Infelizmente, nós nunca saímos desse lugar e é por isso que é tão importante a fala da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, quando diz que nós precisamos disputar pelo menos 3% desse orçamento, porque, senão, não garantimos absolutamente nada. Continuamos em uma política de editais que nos dividem muito mais do que nos unem, como movimento. Aí, ficamos superfelizes quando, em determinado momento, somos aprovados em um edital, e, logo na sequência, não são aprovadas outras pessoas. Então, por mais que haja uma circularidade, sempre discutimos na roda do fomento que precisamos, inclusive, ter um mecanismo de continuidade, e não uma política em que começamos a dividir as migalhas, e assim

sucessivamente.

Para finalizar, eu quero pensar que nós estamos em um momento muito especial, em que os movimentos culturais começam a pensar e a se colocar. Acho que é mais do que urgente pensarmos em um mecanismo, em que tenhamos um retorno financeiro das culturas que envolvam as questões étnico-raciais, porque, como muito bem falou o camarada, agora há pouco, quando as culturas indígenas vão tentar acessar alguns mecanismos, só são barradas com a burocracia. Se não tivermos esse lugar, de formação, não conseguimos acessar esses lugares.

Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Sr. Augusto? Pode vir falar.

**O SR. AUGUSTO LUIZ DE ARAGÃO PESSIM** – Com licença, pessoal.

Com o máximo respeito, obrigado, senhor *cameraman*. Respeito as sabedorias que ouço e venho na palavra da minha sinceridade, não do lugar de conhecimento. Venho como um professor em formação, de filosofia, que está construindo a base da sua pedagogia filosófica em três bordões: abaixo o feudalismo mental; abaixo o truco intelectual; e abaixo a inércia da “despoesia”.

Assim como venho falar de poesia na filosofia, na advocacia e em todo lugar, é para invocar esse poder criativo, essa função fundamental que traz a criação do artista, o artista que vem trazer horizontes de mundo.

Sei que talvez estejamos pensando como é difícil fazer uma audiência de orçamento, que deveria ser participativo, como é difícil juntarmos pessoas para abrir mão do seu momento de subsistência para estar compartilhando sua sabedoria, sua sensação e estratégia, no sentido de construir políticas de cultura.

Eu gostaria de deixar, assim, o meu protesto, de como é importante vocês estarem

aqui e como é importante ser capaz de pensar no nível da arte, esse nível onde borbulham os novos mundos, onde borbulham as possibilidades de existências antiepistemicidas, antirracistas, antigenocidas, antiecocidas, antipatriarcais. É no mundo da arte que vamos buscar aquela última fronteira que nos permite escutar aquela pergunta: será que conseguimos sonhar algo para além do fim do mundo? Quer dizer, o capitalismo parece que está em um momento em que só consegue sonhar com o fim do mundo e a arte está todos os dias recriando o mundo, quase do zero, às vezes; às vezes, abaixo de zero; às vezes, fazendo, do nada, assim, tudo.

Então, gostaria de deixar este meu profundo reconhecimento pela importância do que vocês estão fazendo. Às vezes, uma banda começa com três e vira-se um fenômeno mundial. Certamente, quando o último Juma faleceu...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. AUGUSTO LUIZ DE ARAGÃO PESSIM** – Mas, o Juma não se foi totalmente.

Estamos lembrando-nos de Juma e do povo Juma, lembrando que ainda há 305 povos indígenas nesse território e 274 línguas. Eu sinto que cada artista é também uma pessoa capaz de se conectar e, assim como a pessoa africana que estava presente, no começo desta audiência, ajudar a encontrar esse lugar de volta para casa, que talvez estejamos justamente no momento de encontrar.

Então, com profunda, profunda gratidão, eu agradeço, deixando especial salve para o pessoal do Ouvidor 63. Graças a eles, eu acabei vindo parar aqui e senti de manifestar isso.

Sou Augusto Luiz de Aragão Pessim. Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigado, Sr. Augusto.

Agora, é a Sra. Lydia, encerrando as inscrições.

**A SRA. LYDIA GAMA** – Com licença de chegar. Salve, salve.

Meu nome é Lydia. Eu faço parte do coletivo Ouça-me, que é o coletivo de mulheres sambistas contra a violência contra a mulher, entre outros coletivos, também.

Eu estava escutando a Mesa passada. Eles estavam falando da cultura periférica, que muitas vezes nem é aceita. Hoje, faz três anos que nove adolescentes foram assassinados

em uma favela, porque eles estavam escutando um som considerado periférico, não aceito pelo eurocentrismo, em um lugar também esquecido pelo Poder Público, não aceito pelo eurocentrismo. (Palmas)

Hoje, eu vim para falar sobre isso, porque é muito fácil chegarmos lá e fazermos aquelas manifestações, manifestando apoio às famílias, às mães. Eu tenho uma filha de 16 anos e eu moro próximo a Paraisópolis. Eu tenho um irmão que frequenta Paraisópolis, também. São pessoas. Nós estamos falando de um orçamento que é voltado para essa população também, porque essa população não faz só cultura. Ela também faz dinheiro. Então, se hoje nós estamos em uma cidade considerada uma das mais ricas do mundo, é muito, muito, muito por conta da periferia, que hoje nós assassinamos.

Quando o Poder Legislativo e o Executivo pararem para pensar que são pessoas, muitas dessas mortes, hoje, são consideradas homicídios – porque foram homicídios, eles não foram pisoteados, não foi uma obra do acaso. Foi um projeto de governo.

Então, eu faço um pedido ao Poder Público. Nem estou falando ao mandato do Quilombo, porque eles têm essa visão, mas a todos os mandatos da Câmara. Eu não estou falando nem com os nossos aliados. Eu estou falando com a galera do Nunes. Prestem atenção à periferia. Nós não aceitaremos mais adolescentes mortos porque estão escutando *funk* em uma favela.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Sra. Lydia. Eu vou responder à primeira pergunta. Não sei se foi a primeira, mas o senhor perguntou para mim do PL, não é? E daremos continuidade.

O senhor tem razão. O projeto está parado na CCJ. O que aconteceu, a princípio, é que ele estava com o Vereador Thammy Miranda, na CCJ, que declinou.

Assim, os projetos de lei precisam passar pelas Comissões da Câmara. Algumas Comissões são opcionais e outras são obrigatórias. A CCJ e a de Finanças são as Comissões obrigatórias, que todos os projetos – a não ser os do Prefeito, com os quais se faz como quer –

precisam passar.

O projeto de lei do teatro está na CCJ e indicaram esse projeto para o Vereador Thammy Miranda ser Relator. Ficou um período com o projeto, não apresentou o relatório e declinou do projeto. Ou seja, disse: “Não vou mais fazer esse relatório”.

E agora está com o Vereador Sansão Pereira, que é um dos representantes mais afincos da Bancada Evangélica da Câmara. Mas eu acho que há uma questão importante para falar que, talvez, não seja nem uma responsabilidade só do Sansão, mas é de uma Câmara que vota quase que obrigatoriamente só projetos do Prefeito Ricardo Nunes. Essa é a situação da Câmara Municipal de São Paulo.

Você praticamente não vê projetos de mérito de Vereador serem votados na Câmara, é uma dificuldade imensa. Não é que eles sejam aprovados, é que eles entrem na pauta para serem votados. Não só da pauta para serem votados no Plenário, como na CCJ e na Comissão de Finanças. Na Comissão de Finanças, ainda anda um pouco, mas na CCJ é sempre uma batalha muito árdua, inclusive para os Vereadores, que têm de ir lá ficar fazendo, às vezes, obstrução na própria CCJ para o projeto ser votado.

Agora, sobre este projeto, eu acho que a gente pode conversar sobre ele de pensar algumas estratégias de fazer com que ele passe na CCJ. Ele tem algumas coautorias, o que é muito bom. Eu sou uma das coautoras. O Sidney, que é o relator do orçamento, também pediu coautoria a este projeto. A Juliana é autora. Eu acho que tem mais algum Vereador... A Luana e o Toninho. Então, você tem alguns Vereadores que se interessaram em fazer com que o projeto ande.

Eu acho que um passo importante é a gente conversar especificamente sobre o andamento do projeto na Casa e tentar fazer pressão para ele correr na CCJ e ir para o Plenário. Mas, de novo, repito, a gente tem uma dificuldade que é maior, que é projeto de mérito, sobretudo, da Oposição, a ser votado. Mérito é assim... Porque há projeto que a gente fala que é de mérito que é um projeto de alteração e têm projetos de aprovar nome de rua, aprovar essas coisas que geralmente são votadas. Mas os projetos de mérito dos Vereadores é uma dificuldade

muito grande e isso tem a ver com uma centralização que a Presidência da Câmara faz.

Então, para vocês terem uma ideia, para a gente convidar uma pessoa para uma audiência pública, esse nome precisa passar pelo Presidente da Câmara. Os projetos entram na pauta também de acordo com o que o Prefeito determina que entre. Então, a gente tem uma dificuldade imensa, que é uma dificuldade política que a gente precisa fazer, enquanto movimento organizado, para que a Câmara Municipal funcione adequadamente. É uma responsabilidade nossa, do campo progressista, da Esquerda, dos movimentos de cultura, dos sindicatos. É uma responsabilidade em conjunto que a gente precisa fazer pressão em cima da Câmara Municipal de São Paulo.

Há alguns projetos que a gente sabe de antemão que possui uma dificuldade para os Vereadores votarem. Eles não querem votar. Com este projeto em específico, a gente não sentiu essa dificuldade. É a dificuldade geral da Casa de colocar projetos na pauta, que nós vamos precisar trabalhar para que este projeto entre na Ordem do Dia. E isso é feito com esforço e diálogo com os Vereadores para que ele passe pelas comissões e possa ir para o Plenário, porque eu não acredito que com este projeto a gente tenha dificuldade no Plenário da Câmara, a não ser que a Secretaria Municipal de Cultura se posicione contra.

Então, são essas duas movimentações. A primeira, para andar na Casa, e a segunda, fazer com que a Secretaria Municipal de Cultura não indique o veto ao projeto, porque isso também é uma coisa que costuma acontecer com os partidos e com as mandatas de Esquerda: você consegue aprovar na Câmara, mas o Prefeito Ricardo Nunes veta o projeto. Então, ele não anda. E geralmente quando ele faz isso, ele faz de acordo com a Secretaria a qual o projeto seria indicado. Então, com Aline Torres. Então, Aline não pode indicar o veto para o projeto e a gente precisa fazer com que ele ande na Câmara. Mas, aí, eu acho que é uma conversa que a gente consegue fazer especificamente sobre este projeto e fazer ele andar na Casa, porque eu não vejo tanta dificuldade na Casa de aprovar este projeto. Eu vejo mais uma dificuldade que é do jogo político, ali da pressão que você tem de fazer mesmo, que, aí, infelizmente, tem sido natural na Câmara Municipal de São Paulo.

Eu queria já passar a palavra para o Bryan e para o Cássio, mas, antes, eu só queria fazer uma observação que eu acho que teve uma coisa muito importante que foi dita, hoje, e que tem a ver com a diversidade cultural que a gente tem nas manifestações artísticas. Lembrar, por exemplo, que a gente tem secretarias específicas ou coordenarias específicas para tratar desse tema, mas que a gente tem uma dificuldade muito grande porque os temas não entram de forma transversal na política pública. Elas vão acontecendo ali e, aí, a gente percebe isso: novembro é o Mês da Paciência Negra; aí, há o mês que é o Mês do *Hip Hop*; aí, há o outro mês que é o Mês LGBT.

Então, as coisas vão acontecendo segmentadas para cumprir um calendário, e isso é uma coisa que incomoda muito as pessoas que estão ali, que são trabalhadoras, militantes o ano inteiro. Elas não são trabalhadoras e militantes só no mês que está no calendário do município que elas precisam ser valorizadas. E, sobretudo, como que a gente consegue discutir essas pautas de forma transversal na Secretaria. E uma outra coisa que sempre apontam também é a dificuldade que o Executivo tem em que as secretarias conversem entre si. Então, talvez perguntar também como é que a gente faz essa aplicação transversal e como pode ser feito também um melhor diálogo entre as secretarias.

E, aí, só para encerrar mesmo, fazer uma pergunta também sobre o orçamento dessas pastas que vocês representam, porque a gente tem feito uma discussão muito importante, também, no município, que a gente pode desenhar a política pública mais bonita, interessante do mundo, mas se a gente não tiver o orçamento e não tiver capacidade de execução desse orçamento, a gente só está falando coisas. Então, ouvir um pouquinho de vocês como vocês avaliam também, do lugar de onde vocês estão.

Quem quer começar?

**O SR. BRYAN ZELMAR SEMPETEGUI RODAS** – Boa noite, pessoal. Meu nome é Bryan Rodas. Sou migrante boliviano. Estou como Coordenador de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Antes de tudo, queria agradecer à Subcomissão pelo convite, a todos que

compartilharam os seus saberes, as suas experiências, sobre o tema.

Enquanto Coordenador de Políticas para Migrantes, só frisar que a nossa principal responsabilidade, de fato, é transversalizar e intersectorializar a política municipal para a população migrante na cidade de São Paulo, o que é um trabalho complexo e de formiguinha, porque a política municipal para a população imigrante tem, dentro de suas prerrogativas, a transversalização e também a implementação compartilhada entre todos os entes que compõem o Executivo.

Dentro disso, uma das principais questões que tanto nós, imigrantes – mas também atuando dentro do poder público e também pela luta e pelos direitos das populações imigrantes –, um dos principais desafios é o reconhecimento desses sujeitos, principalmente dos migrantes contemporâneos, enquanto sujeitos de direitos nesse território. E, dentro disso, para além de uma questão de ideia e de paradigma, também perpassa a compreensão do imigrante como um sujeito, mas também como um imigrante pertencente a esta cidade, a este país. Isso se reflete nas políticas públicas também quando nós vamos tratá-las. Mais especificamente da cultura, como se reconhece a presença desses imigrantes promovedores de cultura na cidade de São Paulo, e também com essas culturas como fazem parte, também, da cidade de São Paulo, que compõem o ramo de cultura brasileira e paulista. E isso é um trabalho constante.

É um trabalho que reconstrói paradigmas do que se visualiza enquanto quem é o imigrante aceito no país e na cidade de São Paulo; a pluralidade que envolve essas populações imigrantes; a pluralidade que envolve as expressões artísticas dessas populações, e como, dentro dessa pluralidade, dentro de mais de 200 nacionalidades que estão presentes na cidade de São Paulo, também se constroem políticas públicas – e, aí, dentro da cultura – que também condizem com as trajetórias diversas imigrantes e com as especificidades que também atravessam essas pessoas.

Coloco uma questão principal, que já foi debatida por algumas Mesas, que é a dificuldade de acesso a editais, principalmente populações imigrantes, por uma série de especificidades, principalmente documentais, linguísticas, de contato com essas estruturas

estatais que, muitas vezes, são diferentes das do país de origem e que, muitas vezes, isso torna inacessível, digamos assim, o acesso dessas populações a políticas de fomento à cultura.

Queria destacar que a coordenação surgiu de mobilizações das populações imigrantes. A nossa legislação municipal surgiu dessas mobilizações. Desde então, a coordenação se pauta muito pelo diálogo social nas nossas diferentes esferas, seja através de ambientes institucionais ou não. E, dentro disso, também, o diálogo com a população imigrante, desde o processo de fomento, iniciativas de produção cultural e de ocupação de espaços públicos para a produção dessa identidade imigrante, dessas diferentes identidades imigrantes; seja de pertencer aqui, mas também pertencer a outro espaço, a outro lugar e também indicar que a coordenação, dentro desse trabalho transversal, intersetorial, tem principal função de poder escutar essas populações, poder escutar essas trajetórias, essas dificuldades que são enfrentadas na cidade de São Paulo dentro das diversas esferas, como eu indiquei.

E, a partir disso, também poder dialogar com os outros atores do poder público para levar essas demandas. É claro que, por ser uma Secretaria que, em termos de fomento à cultura, não possui programas específicos dentro disso, mas a gente sempre está à disposição para poder escutar, poder dialogar e promover esses espaços de diálogo entre sociedade civil – dentro da sua pluralidade – e também com os atores do poder público. Isso, claro, dentro da cultura, da assistência social, da saúde, das diferentes setorialidades.

Não sei se há uma questão mais específica. Estou à disposição para ir respondendo conforme a conversa, mas queria agradecer o espaço, inclusive, de indicar que existe uma Coordenação de Políticas para Imigrantes, para a população em geral. Indicar que estamos à disposição para o diálogo, tanto para a sociedade civil, para os parlamentares também. E agradeço também o espaço de trocas e o espaço de escuta. (Palmas)

**O SR. CÁSSIO RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA** – Boa noite a todas as pessoas presentes; a todas aquelas que estão nos assistindo pela TV Câmara São Paulo. Queria, em primeiro lugar, em nome da nossa Secretária Soninha Francine, agradecer à Vereadora Elaine pelo convite.

Eu sou Cássio Rodrigo. Hoje eu estou como Coordenador de Políticas para a População LGBTI+, no município de São Paulo.

Um pouco do que o Bryan falou é a linha da Coordenação. A Coordenação de Políticas para LGBTI+ compreende que até por tratarmos de um grupo historicamente discriminado, historicamente vulnerabilizados, a gente entende que para mudar essa sociedade, para mudar esses processos de exclusão, esses processos de violência, a gente precisa trabalhar muito com alguns pontos, entre eles a cultura. Eu acho que se a gente quer uma sociedade mais respeitosa, mais inclusiva, a cultura talvez seja uma das principais ferramentas para essa mudança social. E a gente percebe até pelo movimento que a gente vê.

Quando a população LGBTI+ sai de uma determinada representação estereotipada e passa para uma representação mais próxima à nossa realidade, a gente começa a ser visto de forma diferente pela sociedade. Então, eu acredito muito nesse poder transformador da cultura. E, aí, claro, a gente precisa, então, que a cultura seja a nossa aliada para que a gente possa falar o que é a nossa cultura. Uma das primeiras críticas que a gente recebia é que as pessoas não entendiam a Parada como um processo cultural, mas apenas como uma festa. E a gente trabalhou muito no sentido de que a Parada fosse vista como esse processo cultural.

A gente recebeu recentemente, há umas três ou quatro semanas, para além da Parada de São Paulo, a gente tem um movimento de Paradas Periféricas. Então, a gente recebeu os organizadores desses movimentos para construir um calendário de março a dezembro, para que a gente possa ter essa questão, também, da nossa cultura LGBTI+ que se apresenta na Parada ao longo do ano, não só quando da Parada na Avenida Paulista, mas que a gente tenha também isso fomentado para espaços mais periféricos do município. Então, nós estamos começando. É um compromisso dessas pessoas, que organizam essas atividades, em apresentar para a gente uma proposta de um projeto, para que a gente possa discutir junto e ver como que a gente consegue apoiar e fortalecer o Movimento de Paradas. Então, acho que isso é um ponto que a gente já traz como uma ação um pouco que transversal da Secretaria e da Coordenação.

Uma outra questão que eu acho importante de falar é que a Covid-19 mostrou para a gente o quanto a cultura está vulnerável. Quando eu olho para a população LGBTI+, aqueles que não eram da área de estética e beleza, eram da área de cultura, e foram os primeiros que tiveram a sua renda afetada e os últimos a voltarem a ter espaços de trabalho.

Então, como que a gente pode pensar na cultura como também uma promoção de trabalho, a garantia dos mínimos que todo ser humano precisa para sua existência? Nós temos um Conselho Municipal. O Conselho Municipal tem uma representação da cultura. As reuniões do Conselho são mensais e abertas a toda a população, e acho que a gente precisa, então, dos coletivos e da organização lá no Conselho LGBT também para pautar a representação da cultura e dizer: “Olha, nós precisamos ser vistos também”.

Nós precisamos ter um olhar da cultura que é um olhar que agrega a questão de empregabilidade, de geração de renda. Enfim, não só o artista, mas tudo que envolve o ser artístico. Então, eu acho importante ocupar esse espaço do Conselho. Não é dado o direito ao voto, mas é dado o direito à voz. Então, se a gente não leva as demandas, parece que está tudo bem. Então, eu acho que é importante se ocupar desses espaços.

E acho que a Coordenação também se coloca à disposição para receber todas as pessoas e para que a gente possa pensar e construir algo junto para propor para a cultura. O que a gente tem feito muito? A gente tem buscado estimular, sempre que possível, por exemplo quando da Virada Cultural, que a gente tenha artistas LGBT. O problema é que – até como foi dito na Mesa –, quando você pensa em artista LGBT, você se lembra sempre daquele que já está na boca do povo. Então, às vezes, você acaba não dando espaço para outras expressões de outros atores dessa arte LGBT.

Então, acho que o que a gente pode pensar – e, aí, como uma proposta que, acho, da Coordenação para a gente levar para a cultura com a Subcomissão – é, de repente, pensar em um mapeamento. A gente consegue apresentar para a cultura um mapeamento desses artistas, desses coletivos LGBTI+? Se a gente conseguir, a gente diz: “Olha, Cultura, você tem tantas ações que você faz ao longo do ano. Está aqui. Busca junto a eles”. Eu acho que pode

ser uma forma propositiva, tanto da Subcomissão quanto da Secretaria de Direitos Humanos, da nossa Coordenação, em abrir essas portas.

É claro: também não sou ingênuo e nem vou enganar ninguém, dizer que não existem questões burocráticas. A gente sofre muito com isso. Por exemplo, nós vamos fazer agora, sábado, a Caminhada da AIDS, e a gente queria trazer artistas LGBTI+ que fossem pessoas vivendo com o HIV/AIDS e que, às vezes, não têm a documentação, não tem o que eles estavam pedindo e que é um DRT. Não têm. Então, como que você garante que essas pessoas possam se apresentar e que não sejam esquecidas? Então, acho que dá, quando a gente propuser esse mapeamento, também pensar nesses que não estão formalmente representados.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Muito obrigada ao Bryan e ao Cássio.

Gente, nós também já estamos um pouco estourados no horário da Subcomissão. Então, eu queria agradecer, na verdade, pela participação de todas as pessoas que ficaram até às 22h.

Como é a nossa última audiência dessa rodada também, queria agradecer e muito os trabalhadores da Câmara Municipal de São Paulo que estão presentes hoje. Como eu falei antes, a gente já fez audiências que foram até às 23h ou 23h30 da noite. Temos o pessoal da TV Câmara, da TV Cultura que acompanha as audiências; há o pessoal da Secretaria da Câmara que sempre nos acompanha. Há os trabalhadores intérpretes de Libras, que estão sempre nos acompanhando. (Palmas)

Quero agradecer também – e peço desculpas por até ter sido mal-educada, o Zé Renato até estava na Mesa. É que eu não agradei o Foliás, no começo. É que eu chego e fico à vontade e posso cometer essa gafe. (Risos). Desculpa, gente.

Aproveito para agradecer o espaço que nos recebe. Isso é algo muito importante de se destacar. É muito bom que tenhamos espaços que recebam essa Subcomissão. (Palmas).

Durante esse ano, inclusive, tivemos dificuldades às vezes de utilizar espaços da

própria Secretaria Municipal de Cultura para fazer audiência pública. Isso demonstra e comprova como é importante termos espaços como esses, pois conseguimos fazer um diálogo aberto com a população, o que é fundamental.

Agradeço ainda a todos os trabalhadores da Secretaria Municipal de Cultura que participaram das audiências públicas. Nós sabemos também que é uma tarefa muito ingrata. Sabemos que os questionamentos apontados são destinados à gestão, à Secretária Aline Torres, enfim, para as pessoas que são responsáveis pela Secretaria Municipal de Cultura; a Secretária foi convidada em todas as audiências públicas e não esteve presente em nenhuma, muito embora seus funcionários estiveram presentes em, praticamente, todas as audiências, mesmo sabendo que eles ouviriam muitas coisas difíceis para quem já é um trabalhador, ali, precarizado, ainda assim estiveram presentes nas audiências, com respeito. Então, queria falar isso e agradecer aos trabalhadores, aos técnicos, aos funcionários públicos da Secretaria Municipal de Cultura, pois têm um comportamento muito diferente, eles que são da Secretaria Municipal de Cultura, subordinados à Secretária Aline Torres e que é o respeito com os trabalhadores da cultura e dos movimentos culturais.

Quero também fazer um agradecimento ao Quilombo Periférico, à Jennifer, à Mara, à Mônica, à Helen, à Bia, ao Pagador, o Doni, a Nati, e um mais do que especial, ao Alex Barcelos, que é um Coveador da Mandata Coletiva Quilombo Periférico, que está presente também em todas as audiências da cultura. É igualmente um trabalhador da cultura.

E, claro, obrigada a todos nós que fazemos esse trabalho na cultura. Sou Vereadora, hoje, no município de São Paulo, mas também sou cria dos movimentos de cultura da cidade, dos movimentos periféricos, por isso, é muito gratificante para nós, enquanto mandata, poder estar nesse espaço e fazer a discussão da cultura. Que, mesmo que não me pertença, ela acontece independente da Câmara Municipal, independente da Secretaria Municipal de Cultura e, assim, fazer com que essa Casa, a Câmara Municipal e a cultura reconheça que esse debate tem sido travado de forma insistente por esses trabalhadores da cultura.

Então muito obrigada a todos, todas e todes. Agradecemos muito todo esse ciclo de

audiências que conseguimos fazer no território. É isso. Obrigada.

Ah, lembrando: dia 8, às 10h da manhã, temos nossa reunião da Subcomissão de Cultura. É uma reunião muito importante porque estaremos, ali, questionando a Secretaria Municipal de Cultura sobre o Conselho, mais uma vez, porque o Conselho é uma das grandes discussões. A Secretária – perdão. Na verdade, o Eric tinha dito que não tinha mais o que fazer, que o Conselho seria só consultivo, não seria deliberativo. Eu questionei a Secretária na audiência pública e na própria audiência ela disse que não, que eles ainda estariam avaliando. Então, a gente chama por uma resposta objetiva e final sobre o PL do Conselho Municipal de Cultura que a Secretaria precisa enviar a essa Casa, para que votemos. Portanto, chamamos essa resposta para o dia 8, às 10h, na Câmara Municipal.

Assim, quero convidar a todos os fazedores da cultura para acompanhar essa audiência, para acompanhar esse retorno da Secretaria sobre o Conselho Municipal de Cultura, que também é uma das peças fundamentais do sistema de Cultura que precisamos debater.

É isso. Muito obrigada a todos. Desculpem pelo horário de término.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite. (Palmas)